



 **LUCIANA
LEITE
SILVA
BARBOZA**
17/10/2025 10:44

VINICIUS
SOBREIRA
BRAZ
DA
SILVA
17/10/2025 10:45





DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

Sobre o item "Foram priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º da IN nº 65/2021 - ME?", solicitou-se a inclusão de justificativa para a pesquisa não ter priorizado outros preços públicos, a fim de atender previsão do art. 5º, § 1º, da IN n.º 65/2021.

E finalizando a análise da planilha com as informações conclusivas, sugeriu-se acrescentar a informação para quantas empresas foram solicitadas cotações de orçamento, quantas responderam e quantas estavam válidas, além de justificar como escolheu estas empresas para enviar as cotações, a fim de atender ao preconizado no art. 3º, VIII, da IN n.º 65/2021.

No tocante ao Termo de Referência (TR), no item 1, "Das condições gerais da contratação", recomendou-se alterações na tabela de apresentação do objeto, incluindo a numeração de cada um dos 3 itens, pelos motivos já expostos quando da análise da planilha, e orientou-se a inclusão da primeira coluna como grupo 1 e inserindo um subitem com a justificativa para o agrupamento dos itens.

Ademais, após o subitem 1.3, que continha a especificação dos objetos da contratação, recomendou-se acrescentar que em caso de divergência entre o Catmat dos produtos (Catálogo de Materiais) e as especificações detalhadas no item 1.3, prevalecem estas últimas.

Ainda no item 1, sugeriu-se a inclusão do seguinte texto para a previsão de preferência para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP): *"Tratando-se de dispensa em razão do valor e considerando que a presente contratação não se enquadra nas hipóteses dos incisos II e III do art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, a participação neste certame será realizada preferencialmente para fornecedores enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme previsão dos art. 48, I, e art. 49, IV, da referida Lei Complementar, em razão de o valor estimado da contratação ser inferior a R\$ 80.000,00. Essa medida visa fomentar a participação dessas empresas, promovendo a competitividade e o desenvolvimento econômico, em conformidade com a legislação vigente".*

No que se refere ao item 6, "Termos contratuais" e ao item 7, "Modelo de gestão de contrato", recomendou-se a retirada de subitens que não eram pertinentes à presente contratação, como os que faziam referência à IN n.º 05/2017 e IN n.º 98/2017, que dispõem sobre o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta, o que não é aplicável.

No tocante ao item 8, "Critérios de Medição e Pagamento", apontou-se a necessidade de adequação das disposições concernentes à Cessão de crédito, em atenção às recentes alterações que a Coordenadoria de Licitações e Contratos efetuou nos modelos de Termo de Referência, especificamente quanto a tais aspectos.

Em relação ao item 9, "Forma e critérios de seleção do fornecedor", orientou-se que o critério de julgamento da proposta será o de menor





DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

preço por grupo, considerando a necessidade de aquisição dos bens através do mesmo fornecedor, pela necessidade de padronização.

Finalmente, em relação aos anexos do TR, sugeriu-se não incluir modelo de proposta, diante da baixa complexidade do objeto da contratação e com o objetivo de evitar desclassificações desnecessárias por divergências entre as propostas apresentadas e o modelo exigido.

In casu, a unidade requisitante acolheu todas as sugestões propostas por esta Divisão, procedendo aos devidos ajustes na planilha de pesquisa de preços (v. fl. 81/83) e no Termo de Referência (v. fls. 85/108).

No tocante ao processo de contratação direta, importa destacar que a caracterização da dispensa de licitação para a presente contratação se dá em razão do valor, conforme o art. 75, II, da Lei n.º 14.133/2021, que assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras"

Atualmente, o valor de dispensa previsto na Lei n.º 14.133/2021, atualizado pelo Decreto n.º 12.343/2024, corresponde a R\$ 62.725,59. Ademais, não há registro de outras solicitações com os mesmos itens objetos desta contratação neste exercício financeiro, consoante se extrai do despacho da Secretaria Administrativa, acostado aos autos à fl. 55.

Nesse diapasão, entende-se que não há óbice ao prosseguimento da contratação.

Recife, 17 de outubro de 2025.

LUCIANA LEITE SILVA BARBOZA

Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações/CLC/TRT6

Ciente. De acordo.

À Secretaria Administrativa, para continuidade, nos termos do art. 38 do Ato TRT6 nº 655/2023.

Recife, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS SOBREIRA BRAZ DA SILVA

Coordenadoria de Licitações e Contratos/TRT6

